

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 24BDC-030-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

www.grantthornton.com.br

Aos Conselheiros e Administradores

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Rede Brasil do Pacto Global (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Rede Brasil do Pacto Global em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, considerando a interpretação técnica geral aplicável às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigação interna em andamento

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº26 às demonstrações contábeis, que descreve que o Instituto, por meio de um comitê especial formado por membros do conselho de administração e por demais órgãos de governança, com o suporte de uma empresa independente especializada em compliance e investigações corporativas, está conduzindo uma investigação interna para apuração de denúncias relacionadas à supostos casos de assédio moral envolvendo membros da alta administração do Instituto (à época dos fatos) e descrevendo os seus desdobramentos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e considerando interpretação técnica específica aplicável às entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de maio de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Clayton da Silva Codo
Contador CRC 1SP-234-906/O-1

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.680	18.089
Contribuições e valores a receber	5	8.285	4.360
Outros créditos	6	338	78
Total do ativo circulante		21.303	22.527
Ativo não circulante			
Contribuições e valores a receber	5	-	3.927
Outros créditos	6	74	74
Imobilizado	7	363	198
Intangível	-	4	3
Total do ativo não circulante		441	4.202
Total do ativo		21.744	26.729

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	-	907	740
Obrigações trabalhistas	-	1.213	885
Obrigações tributárias	-	207	155
Contas a pagar a partes relacionadas	8	9.212	14.299
Adiantamentos de membros e associados	-	784	202
Projetos em execução	9	3.381	2.811
Total do passivo circulante		15.704	19.092
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	11	6.040	7.637
Total do patrimônio líquido		6.040	7.637
Total do passivo e patrimônio líquido		21.744	26.729

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com restrições			
Receitas de recursos de projetos	9.1	17.525	10.956
Total		17.525	10.956
Receitas operacionais sem restrições			
Receitas institucionais	12	18.033	11.378
Gratuidades obtidas - serviços de terceiros	13	3.229	2.301
Trabalho voluntário	21	69	36
Total		21.331	13.715
Total das receitas		38.856	24.671
Despesas com restrição			
Despesas com pessoal	14	(2.306)	(464)
Despesas com serviços de terceiros	15	(10.637)	(4.113)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.735)	(763)
Despesas com marketing	-	(971)	(4.908)
Despesas tributárias	-	(876)	(707)
Total	9.1	(17.525)	(10.955)
Despesas sem restrição			
Despesas com pessoal	17	(9.784)	(7.937)
Despesas com serviços de terceiros	18	(1.998)	(1.036)
Despesas gerais e administrativas	19	(8.381)	(3.162)
Depreciação e amortização	-	(83)	(52)
Despesas com marketing	-	(143)	(284)
Despesas tributárias	-	(136)	(73)
Gratuidades obtidas - serviços de terceiros	13	(3.229)	(2.301)
Trabalho voluntário	21	(69)	(36)
Total		(23.823)	(14.881)
Total das despesas operacionais		(41.348)	(25.836)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(2.492)	(1.165)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	956	531
Despesas financeiras	20	(61)	(52)
Total		895	479
Déficit do exercício		(1.597)	(686)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Déficit do exercício	(1.597)	(686)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(1.597)	(686)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	(Déficit) / Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.323	-	8.323
Déficit do exercício	-	(686)	(686)
Incorporação do déficit do exercício	(686)	686	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.637	-	7.637
Déficit do exercício		(1.597)	(1.597)
Incorporação do déficit do exercício	(1.597)	1.597	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.040	-	6.040

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.597)	(686)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	85	52
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.321	1.210
Aumento nos ativos		
Contribuições e valores a receber	(2.319)	(790)
Outros créditos	(260)	(64)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	167	292
Obrigações trabalhistas	328	393
Obrigações tributárias	52	121
Contas a pagar a partes relacionadas	(5.087)	5.683
Adiantamentos de membros e associados	582	(141)
Projetos em execução	570	(1.143)
Caixa líquido proveniente (consumido) pelas atividades operacionais	(5.158)	4.927
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(251)	(187)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(251)	(187)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(5.409)	4.740
No início do exercício	18.089	13.349
No final do exercício	12.680	18.089
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(5.409)	4.740

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. Contexto operacional

O Instituto Rede Brasil do Pacto Global (Instituto ou Pacto Global), constituído em 11 de maio de 2020, é uma entidade civil, sem fins lucrativos ou econômicos, de natureza de direito privado e duração por tempo indeterminado e tem por finalidade a promoção do desenvolvimento econômico e social, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, a promoção da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, sobretudo no meio corporativo, em consonância com o Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (*UN Global Compact* – “*UNGC*”).

Lançado em 2000 pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Pacto Global é uma chamada para as empresas alinharem suas estratégias e operações a 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 21 mil membros em quase 80 redes locais, que abrangem 162 países.

A história do Pacto Global começou a ser escrita no Brasil a partir do ano de 2003, com a condução do processo de engajamento das empresas brasileiras e criação do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG).

A partir de 2011 a Rede Brasil passou a operar através do vínculo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no âmbito da cooperação técnica aprovada pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC.

A Rede Brasil do Pacto Global tem, desde então, conquistado cada vez mais espaço e relevância dentro do setor empresarial brasileiro e, também, dentro da própria estrutura do Pacto Global. A Rede Brasil do Pacto Global é atualmente a terceira maior rede do Pacto Global do mundo, com mais de 1800 membros.

Ao final de 2019, o Conselho de Administração da iniciativa local, juntamente com o grupo de empresas do CBPG, deliberou pela constituição de uma organização independente, sob forma de uma associação sem finalidade lucrativa com CNPJ próprio, para realizar as operações do Pacto Global no Brasil, criando o Instituto Rede Brasil do Pacto Global.

Em 31 de dezembro de 2020, houve o encerramento do projeto BRA/14003 “Engajar o empresariado brasileiro no desenvolvimento sustentável”, por meio da Rede Brasil do Pacto Global, executado em parceria com o PNUD.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis do Instituto, findas em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas de acordo a norma NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1255/09, e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela administração do Instituto em 05 de maio de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Instituto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 foram apresentadas inicialmente em reais, porém, a administração do Instituto decidiu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentar as demonstrações contábeis em milhares de reais.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para contribuições a receber e passivos contingentes, determinação dos valores dos trabalhos voluntários e determinação dos tributos objetos de isenção fiscal. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não houve quaisquer julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

e) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº24 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Instituto durante todo o exercício apresentado nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e as aplicações em fundos de investimentos. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “despesas financeiras” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado do Instituto compreendem as “aplicações financeiras”.

iii) Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis do Instituto compreendem valores a receber dos associados e demais contas a receber.

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2023, incluindo operações de *hedge*.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos originais de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

c) Contribuições a receber

Correspondem, substancialmente, aos valores a receber das contribuições associativas anuais dos associados do Instituto. O prazo de recebimento é de até 12 meses, sendo, portanto, classificados no ativo circulante as contribuições com vencimento em até doze meses e no ativo não circulante as contribuições com vencimento a partir do decimo terceiro mês.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dessas contribuições, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

O Instituto analisa a existência e evidência de perda para determinar quando uma contribuição a receber não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Instituto avalia, entre outros fatores, o histórico do associado e a quantidade de títulos vencidos de longa data

As despesas com a constituição da PECLD, quando aplicável, são registradas na demonstração do resultado.

d) Imobilizado

O imobilizado é avaliado ao custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada dos bens e as taxas de depreciação utilizadas pelo Instituto estão descritas na Nota Explicativa nº 7.

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit/déficit no exercício em que o ativo for baixado.

e) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2023.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que o Instituto questionou a constitucionalidade de tributos.

h) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Impostos e contribuições

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza da imunidade dos tributos federais incidentes sobre o resultado, para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram essa imunidade.

As obrigações tributárias registradas pelo Instituto estão relacionadas aos impostos retidos na fonte sobre serviços de terceiros (quando houver).

j) Apuração do resultado

O Instituto reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurado com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Instituto; e **(iii)** quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Instituto. As despesas do Instituto são reconhecidas de acordo com o seu fato gerador e regime de competência.

- as anuidades dos associados (fundadores e membros) são reconhecidas como receitas proporcionalmente ao período em que os serviços são fornecidos aos mesmos; e
- o Instituto registra em projetos a executar os recursos recebidos até que todas as condições estabelecidas e relacionadas aos projetos sejam atendidas. Nem todos os projetos do Instituto tem obrigações vinculados aos recursos financeiros, prestações de contas ou utilização de um recurso para um determinado fim.

- Os recursos provenientes dos projetos com coobrigações são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

l) Receitas com trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração e conselho fiscal, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração o montante que o Instituto pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas em contrapartida às despesas operacionais, ambas no resultado do exercício.

m) Gratuidades obtidas

As receitas com gratuidades obtidas são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com gratuidades obtidas são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas com serviços, também no resultado do exercício.

n) Patrimônio líquido

Representa o patrimônio líquido inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a norma contábil aplicável as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Bancos conta movimento	12	41
Aplicações financeiras	12.668	18.048
Total	12.680	18.089

O caixa e equivalentes de caixa refere-se aos valores provenientes de contribuições dos associados/membros, doações, patrocínios e parcerias e é utilizado para manter a operação do Instituto em funcionamento.

As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) do Banco Santander, com remuneração de 100% da taxa do CDI.

A redução do “Caixa e equivalentes de caixa sem restrição” foi decorrente do primeiro pagamento realizado pelo Instituto para a *Foundation for the Global Compact*, referente ao repasse das anuidades, ocorrido em março de 2023. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022 o Instituto acumulava em seu caixa valores a serem repassados referentes aos exercícios 2020, 2021 e 2022, o que explica esse montante ser maior em relação ao caixa total na data-base de 31 de dezembro 2023.



5. Contribuições e valores a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Anuidades a receber	8.136	5.568
Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(3.000)	(1.210)
Total	5.136	4.358
Demais valores a receber		
Apoio institucional a receber	178	650
Participações a receber	508	632
Patrocínios a receber	2.655	2.196
Convênio a receber	334	451
Outros valores a receber	5	-
Total	3.680	3.929
Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(531)	-
Total	3.149	3.929
Total	8.285	8.287
Total no ativo circulante	8.285	4.360
Total no ativo não circulante	-	3.927
Total	8.285	8.287

A administração constituiu Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) para as anuidades a receber, considerando os associados com contribuição anual em aberto há 365 dias ou mais, relativas as competências de 2020, 2021 e 2022, nesse caso incluídas as não vencidas de responsabilidade desses associados.

As contribuições realizadas pelos membros são de caráter voluntário, contudo, caso um membro tenha uma contribuição em aberto por um período de até 24 meses, o Instituto comunica a *Foundation for the Global Compact* (sede do Pacto Global em Nova Iorque) para a avaliação do desligamento do membro da iniciativa. Atualmente, há um processo contínuo de negociações e revisão de prazos com as organizações que demonstram boas possibilidades de realização.



5.1. Contribuições e valores a receber – por vencimento

Anuidades a receber	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Em até 30 dias	327	1.156
De 31 até 60 dias	37	117
De 61 até 90 dias	-	119
De 91 até 120 dias	-	1
De 121 até 365 dias	634	100
Acima de 365 dias	-	3.926
Total	998	5.419
Vencidos		
Em até 30 dias	1.106	86
De 31 até 60 dias	340	-
De 61 até 90 dias	552	-
De 91 até 120 dias	161	-
De 121 até 365 dias	3.469	63
Acima de 365 dias	1.510	-
Total	7.138	149
Total anuidades a receber	8.136	5.568

Demais valores a receber	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Em até 30 dias	943	156
De 31 até 60 dias	592	99
De 61 até 90 dias	27	-
De 91 até 120 dias	27	25
De 121 até 365 dias	903	1.802
Acima de 365 dias	-	-
Total	2.492	2.082
Vencidos		
Em até 30 dias	534	721
De 31 até 60 dias	41	-
De 61 até 90 dias	28	-
De 91 até 120 dias	7	-
De 121 até 365 dias	183	914
Acima de 365 dias	395	212
Total	1.188	1.847
Total demais valores a receber	3.680	3.929



6. Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Depósito caução de aluguel	74	74
Adiantamento de férias	63	60
Adiantamento de viagem	-	15
Adiantamento a fornecedores	192	1
Outros créditos	83	2
Total	412	152
Ativo circulante	338	78
Ativo não circulante	74	74
Total	412	152

7. Imobilizado líquido

	31/12/2023			31/12/2022	
Descrição	% Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	20%	483	(157)	326	179
Instalações	10%	15	(3)	12	14
Máquinas e equipamentos	10%	28	(3)	25	5
Total		526	(163)	363	198

7.1. Movimentação do Imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023		Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	
Equipamentos de informática	256	227	-	483
Instalações	15	-	-	15
Máquinas e equipamentos	5	23	-	28
Total custo	276	250	-	526
Depreciação acumulada	(78)	(85)	-	(163)
Total imobilizado líquido	198	165	-	363

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Movimentação em 2022		Saldo em 31/12/2022
		Adições	Baixas	
Equipamentos de informática	92	164	-	256
Instalações	-	15	-	15
Máquinas e equipamentos	-	5	-	5
Total custo	92	184	-	276
Depreciação acumulada	(26)	(52)	-	(78)
Total imobilizado	66	132	-	198



8. Contas a pagar a partes relacionadas

Desde a sua fundação, em 2020, o Instituto mantém transações com a *Foundation for the Global Compact*.

Conforme previsto em memorando de entendimento e estratégia de modelo de operação citado na Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional, cabe à Rede Brasil a transferência para a *Foundation for the Global Compact* de parte das contribuições anuais recebidas dos associados (fundadores e membros), a título de compartilhamento, para fins de atingimento em nível global dos objetivos do Pacto Global. O percentual de repasse para a *Foundation for the Global Compact* varia de acordo com os valores de cada anuidade, conforme tabela a seguir:

Faturamento do participante (dólares)	Valor da anuidade (dólares)	Percentual de repasse para a <i>Foundation for the Global Compact</i>
Acima de \$ 30B	30.000	70%
Entre \$ 10B e \$ 30B	25.000	70%
Entre \$ 5B e \$ 10B	20.000	50%
Entre \$ 1B e \$ 5B	15.000	50%
Entre \$ 500M e \$ 1B	7.500	50%
Entre \$ 250M e \$ 500M	5.000	50%
Entre \$ 50M e \$ 250M	2.500	50%
Entre \$ 25M e \$ 50M	1.250	0%
Abaixo de \$ 25M	450	0%

Os demais recursos captados a título de doações, apoio institucional, participações e patrocínios, não se incluem na base de cálculo dos valores a serem repassados.

O Instituto é responsável pela operacionalização dos recebimentos e prestação de contas, por meio do envio de relatórios de contribuição diretamente à *Foundation for the Global Compact*.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor acumulado a ser repassado é de R\$ 9.212, considerando as atualizações/ajustes e pagamentos (R\$ 14.299 em 31 de dezembro de 2022), proveniente dos valores recebidos e a receber exclusivamente de anuidades e até então não repassadas, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Total das anuidades	Total dos valores a serem repassados
Contas a pagar a partes relacionadas		
Anuidades 2020 recebidas	7.772	2.965
Anuidades 2020 não recebidas (provisão)	51	22
Total	7.823	2.987
Anuidades 2021 recebidas	12.306	5.172
Anuidades 2021 não recebidas (provisão)	361	188
Total	12.667	5.360
Anuidades 2022 recebidas	14.078	5.543
Anuidades 2022 não recebidas (provisão)	1.140	409
Total	15.218	5.952
Anuidades 2023 recebidas	13.604	6.696
Anuidades 2023 não recebidas (provisão)	6.669	1.755
Total	20.273	8.451
Total Provisionado		22.750

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Pacto Global**
Rede Brasil

Descrição	Total dos valores	
	Total das anuidades	a serem repassados
(-) Desligamentos em 2023		(362)
(-) Pagamento realizado em 2023		(12.682)
(-) Dedução de USD 100.000 conforme memorando de entendimento		(494)
Total a repassar em 31 de dezembro de 2023		9.212

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)


Pacto Global
 Rede Brasil
9. Projetos em execução

	31/12/2023	31/12/2022
Parcerias privadas	3.381	2.811

9.1. Movimentação dos recursos vinculados a projetos

A seguir demonstramos o total de recursos recebidos pelo Instituto e o montante utilizado na execução dos projetos (recursos aplicados).

	Saldo em 31/12/2022	Recursos recebidos	Contas a receber vinculados a projetos	Reembolso	Transferências	Recursos aplicados (a)	Contas a pagar vinculadas a projetos (a)	Saldo em 31/12/2023
Plataforma de Ação pela Água e Oceano	521	1.724	225	-	-	(2.306)	(5)	159
Plataforma de Ação Contra a Corrupção	(59)	1.466	-	-	200	(1.040)	(36)	531
Gestão de Conhecimento	321	598	62	-	-	(897)	-	84
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	791	1.943	25	-	(2.068)	(711)	(10)	(30)
Plataforma de Ação pelos Direitos Humanos	497	1.456	501	-	-	(1.557)	(153)	744
Plataforma de Ação pelo Clima	528	310	69	-	-	(775)	(20)	112
Eventos	(432)	4.663	2.281	-	2.068	(7.849)	(298)	433
Plataforma de Ação pelo Agro Sustentável	(154)	646	-	-	-	(293)	-	199
SBTI	362	214	-	-	-	(281)	-	295
Grupo Temático Saúde	436	700	-	-	(200)	(472)	-	464
Termo de Parceria Itaú Unibanco	-	462	-	-	-	(57)	(15)	390
Total	2.811	14.182	3.163	-	-	(16.238)	(537)	3.381
Convênio Petrobrás	-	867	334	(451)	-	(750)	-	-
Total projeto restritos	2.811	15.049	3.497	(451)	-	(16.988)	(537)	3.381

(a) o total de despesas e receitas com restrição na DRE é a somatória dos “Recursos aplicados” (R\$ 16.988) e do “Contas a pagar vinculadas a projetos” (R\$ 537), resultando no valor total de R\$ 17.525;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)


Pacto Global
Rede Brasil

	Saldo em 31/12/2021	Recursos recebidos	Contas a receber vinculados a projetos	Estornos	Recursos aplicados (b)	Contas a pagar vinculados a projetos (b)	(-) ISS	Saldo em 31/12/2022
Grupo temático água	(33)	1.500	50	-	(763)	(230)	(3)	521
Grupo temático anticorrupção	(7)	172	36	-	(213)	(48)	-	(60)
Treinamento	111	371	30	(6)	(157)	(10)	(18)	321
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	562	563	130	(30)	(373)	(28)	(34)	790
Grupo temático direitos humanos	441	1.088	59	(30)	(1.037)	(12)	(11)	498
Grupo temático clima	438	150	155	-	(208)	(1)	(5)	529
Eventos	1.729	1.789	2.486	-	(6.403)	(34)	-	(433)
Sustentabilidade no setor de alimentos e agricultura	279	-	-	-	(433)	-	-	(154)
Projeto SBTI	277	419	-	-	(333)	-	-	363
Grupo temático saúde	158	500	-	-	(198)	(24)	-	436
Total	3.955	6.552	2.946	(66)	(10.118)	(387)	(71)	2.811
Convênio Petrobrás	-	-	451	-	(451)	-	-	-
Total	3.955	6.552	3.397	(66)	(10.569)	(387)	(71)	2.811

(b) o total de despesas com restrição é a somatória dos “Recursos aplicados” (R\$ 10.569) e do “Contas a pagar vinculadas a projetos” (R\$ 387), resultando no valor total de R\$ 10.956.



Os projetos conduzidos no país são desenvolvidos por meio das Plataformas de Ação (Ação pela Água, Ação pelo Agro Sustentável, Ação pelos Direitos Humanos, Ação pelo Clima, Ação contra a Corrupção, Ação pelos ODS e Ação para Comunicar e Engajar), dos Movimentos (Ambição Net Zero, Mente em Foco, Elas Lideram 2030, Salário Digno, Raça é Prioridade, Conexão Circular, Mais Água e 100% Transparência) e dos Programas Internacionais. São iniciativas que contam com o envolvimento de centenas de empresas, assim como agências da ONU e agências governamentais.

O Instituto também participa e realiza eventos no Brasil e no exterior – em locais e datas que aproveitem eventos de nível global e que, tipicamente, atraem muitos executivos e líderes empresariais brasileiros, como a Semana da Assembleia Geral da ONU e *Conference of Parties (COP)*, nas mais diversas áreas e setores da economia, sempre com o objetivo de engajar mais empresas e organizações para a agenda global de sustentabilidade. Em treinamentos, tem o papel de promover reflexões, debates e trocas para que a comunidade empresarial seja um impulsionador de mudança socioambiental, tendo como norte os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030.

Para indivíduos e organizações, são oferecidos workshops, webinars e palestras abertas ao público e capacitações exclusivas para empresas. Todas as ações desenvolvidas pela rede, contam com parceiros que contribuem diretamente para o andamento contínuo dos programas.

Em 31 de dezembro de 2023, o projeto Plataforma de Ação Contra a Corrupção apresentou saldo negativo, em razão do investimento pelo Instituto ter ocorrido antes do recebimento de recursos por parte dos apoiadores dessas iniciativas. A administração tem a perspectiva de que os projetos tenham fechamento positivo no próximo exercício.

Convênio Petrobrás

Projeto firmado no final de novembro de 2022. A Petrobrás e o Pacto Global da ONU no Brasil se uniram para implementar a Trilha de Direitos Humanos. Uma iniciativa que proporciona às empresas participantes da Rede Brasil uma ferramenta de autodiagnóstico com relação à aderência aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU. A parceria também inclui uma Trilha específica para fornecedores da Petrobrás, com o intuito de ampliar o diagnóstico e as boas práticas em direitos humanos especificamente para este setor. A parceria terá duração de 12 meses e atenderá até 300 empresas do Pacto Global e até 130 fornecedores da Petrobras.

10. Provisão para demandas judiciais

O Instituto, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2023, o Instituto não possuía processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível em andamento. Não obstante, o Instituto realiza contratação de pessoal para execução de atividades operacionais, em que há riscos envolvendo questões de natureza trabalhista e previdenciária, para os quais seus assessores jurídicos externos julgam como sendo de perda possível, os quais perfazem o montante de R\$ 1.262 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 909 em 31 de dezembro de 2022), portanto, não se encontram registradas, em consonância com a Seção – 21 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, da norma NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.



11. Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto compreende o valor do superávit do exercício, no qual é composto por recursos financeiros recebidos sob a forma de doação, legado, subvenção, patrocínio, auxílio, devendo ser administrados e utilizados apenas para o estrito cumprimento de seu objeto social.

Todo o patrimônio e receitas do Instituto deverão ser revertidos à manutenção e ao desenvolvimento de seu objeto social, sendo vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou receita a qualquer título, entre os associados, instituidores, benfeitores, dirigentes, conselheiros ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

No caso de dissolução do Instituto, o respectivo patrimônio social remanescente, após o pagamento de todas as dívidas e passivos, será transferido a entidade sem fins lucrativos nacional ou internacional com objeto social semelhante ao do Instituto, a ser escolhida e aprovada pela Assembleia Geral.

12. Receitas institucionais

		31/12/2023	31/12/2022
Doações	(a)	75	5
Anuidades	(b)	15.180	10.076
Patrocínios	(c)	235	456
Apoio e parcerias institucionais	(d)	1.284	275
Participações	(e)	97	26
Receitas diversas	(f)	1.162	540
Total		18.033	11.378

(a) o Instituto possui isenção de ITCMD no estado de São Paulo sobre as doações recebidas conforme protocolo Sefaz-SP SFP-PRC-2021/04459, vigente até 13 de abril de 2025. O processo de renovação da Isenção do ITCMD está em andamento estando pendente de conclusão em função do Instituto estar em processo de renovação das assinaturas do quadro de executivos em cartório.

(b) as receitas de contribuições líquidas referem-se as anuidades de membros e associados, calculadas com base no faturamento e nível de engajamento das empresas, já descontado o valor devido de repasse à *Foundation for the Global Compact* em NY (Nota Explicativa nº 8), conforme estabelecido nos padrões de qualidade e memorando de entendimento entre as partes;

(c) as receitas de patrocínios referem-se a projetos desenvolvidos nas diversas áreas temáticas de atuação e apoio institucional, conforme previsto em estatuto e regimento interno do Instituto;

(d) a receita de apoio e parcerias institucionais refere-se a contratos reconhecidos no resultado de acordo com o princípio de competência da realização dos serviços.

O Apoio Institucional, trata de um nível superior de engajamento com o Pacto Global. As empresas apoiadoras, usufruem de benefícios adicionais especiais a serem determinados pela Diretoria Executiva, dentre eles: suporte customizado, assessoria para sustentabilidade corporativa, capacitações, convites exclusivos para eventos, treinamentos e palestras, destaque nos materiais institucionais e canais de divulgação do Instituto etc.;

(e) as receitas de participações diversas são, majoritariamente, referentes a programas de capacitação promovidos pelo Instituto aos membros e associados; e

(f) receitas diversas referem-se aos reembolsos de despesas incorridas pelo Instituto, no exercício de 2023, por parte do alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados.



13. Gratuidades obtidas – serviços de terceiros

Empresa	Descrição dos serviços - sem restrição	31/12/2023	31/12/2022
InPress	Relações Públicas, Consultoria de Comunicação e Assessoria de Imprensa	580	-
Machado Meyer	Revisão de contratos e apoio jurídico	229	405
InPress	Posicionamento Executivo e Produção de Conteúdo LinkedIn do Diretor Executivo Pacto Global	187	-
Falconi	Diagnóstico da Cultural Atual + Construção e direcionamento da Cultura necessária	161	-
InPress	Programa “Thought Leadership” com a Diretoria de Impacto do Pacto Global	148	-
InPress	Parceria na criação de conteúdo sobre saúde mental para o Movimento Mente em Foco	60	-
InPress	Mentoria de Liderança Pensamento e Estratégia de Posicionamento Executivo do Diretor Executivo Pacto Global	35	-
KPMG Consultoria	Desenvolvimento de métricas e software para monitoramento das metas do Movimento +Água	824	825
99Jobs	Condução de processos seletivos para vagas afirmativas	805	-
Future Carbon Group	Ações de parceria e monitoramento das métricas do Movimento Ambição Net Zero	200	-
Belvitur Viagens e Turismo	Passagens aéreas e hospedagens	-	818
Pinheiro Neto	Apoio Jurídico	-	135
Fibra Sports Marketing e Eventos Ltda.	Assessoria de eventos	-	55
Wisnet Consulting Ltda.	Treinamento de integração de equipe	-	23
ICTS	Canal de denúncias	-	19
CPAP	Produção de vídeo	-	10
Imagem	Concessão de licença de software	-	8
Unimar	Apoio a evento	-	3
Total		3.229	2.301

Durante o ano de 2023, o Instituto contou com parcerias pró-bono com restrições em diversas frentes:

- A InPress, renomada empresa de relações públicas, assessorou o Pacto Global em diversas frentes relativas à comunicação: posicionamento executivo e mentoria para o Diretor Executivo, treinamento da diretoria de Impacto sobre “Thought Leadership”, criação de conteúdos sobre saúde mental e serviços de relações públicas;
- A Falconi assessorou o Pacto Global para a construção do programa de cultura do Instituto;
- Machado Meyer proveu serviços de análises de contratos diversos (patrocínios e parcerias);
- No âmbito do tema Água, a KPMG estruturou o Painel do Movimento + Água para dispor dos indicadores, números e casos relacionados ao ODS 6 (segurança hídrica e acesso ao saneamento básico) publicamente no site do Pacto Global. O Painel do Movimento + Água é uma entrega para que sejam expostos dados públicos sobre ODS 6 no país a fim de nortear ações e atividades acerca da solução de problemas. A KPMG atua tecnicamente também para atualizar o Painel com dados novos à medida que as bases oficiais os dispõem;
- A 99Jobs, empresa de recrutamento e seleção de profissionais, conduziu processos seletivos para vagas afirmativas no Pacto Global. Esses processos são fundamentais para que o Instituto consiga atingir os percentuais acordados pelos Movimentos Elas Lideram 2030 e Raça é Prioridade; e
- A Future Carbon Group, empresa que presta serviços de inventários de emissões de gases estufa, bem como de geração e distribuição de créditos carbono, auxiliou o Movimento Ambição Net Zero na construção e monitoramento de métricas para emissões de gases de efeito estufa.



14. Despesas com pessoal – com restrição

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	(1.649)	(361)
Encargos sociais	(534)	(72)
Benefícios	(123)	(31)
Total	(2.306)	(464)

15. Despesas com serviços de terceiros – com restrição

	31/12/2023	31/12/2022
Evento - Produção e organização (a)	(4.277)	(729)
Evento - Catering (b)	(2.158)	-
Consultoria	(1.913)	(1.238)
Assessoria	(885)	(1.220)
Limpeza	(275)	-
Treinamento, curso e capacitação	(209)	(76)
Material gráfico e diagramação	(158)	(101)
Evento - Foto e filmagem	(155)	-
Informática	(80)	(97)
Pesquisa	(74)	-
Serviços de tradução	(47)	(22)
Jurídico	(44)	(6)
Administrativo	(27)	(592)
Parcerias	-	(31)
Autônomos	-	(1)
Outros serviços de terceiros	(335)	-
Total	(10.637)	(4.113)

a) os valores da rubrica “Evento – Produção e organização” são tipicamente atrelados a contratação de cenografia, decoração, som e filmagem e passagens aéreas para palestrantes. Os eventos de maior relevância foram:

- SDGs in Brazil: Com um gasto de R\$ 1.983 mil;
- COP 28: Com um gasto de R\$ 965 mil;
- Ambição 2030: Com um gasto de R\$ 758 mil;
- Live Unidos: Com um gasto de R\$ 181 mil; e
- Movimento + Água: Com um gasto de R\$ 91 mil.

b) os valores da rubrica “Evento – Catering” são atrelados ao serviço de alimentos e bebidas durante um evento. Os principais foram

- SDGs in Brazil: Com um gasto de R\$ 1.065 mil;
- World Water Week (evento mundial sobre o tema Água na sede da ONU): Com um gasto de R\$ 474 mil;
- CSW (evento mundial sobre o tema Gênero na sede da ONU): Com um gasto de R\$ 455 mil; e
- Fórum de Direitos Humanos: Com um gasto de R\$ 154 mil.

16. Despesas gerais e administrativas – com restrição

	31/12/2023	31/12/2022
Viagens e estadias (a)	(2.323)	(524)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(170)	-
Locação de máquinas e equipamentos	(138)	(104)
Transporte	(24)	(3)
Licença de uso software	(2)	(92)
Despesas gerais	(78)	(40)
Total	(2.735)	(763)

(a) o aumento nas despesas com viagens e estadias deve-se aos seguintes fatores:

- aumento no número de iniciativas lideradas pelo Pacto Global;
- aumento da quantidade de funcionários do Instituto (49 em 31 de dezembro de 2022 para 67 em 31 de dezembro de 2023);
- aumento da quantidade de trabalhadores de nível sênior, os quais são requisitados para palestras e participações em eventos do Instituto e de empresas membros;
- diversidade geográfica dos trabalhadores do Instituto (colaboradores por vezes precisam se deslocar para reuniões, palestras etc.).

Os principais projetos que demandaram viagens foram:

- Evento SDGs in Brazil: Com um gasto de R\$ 888 mil;
- COP: Com um gasto de R\$ 520 mil;
- Bluekepeers: Com um gasto de R\$ 256 mil;
- Movimento Elas Lideram: Com um gasto de R\$ 124 mil;
- Forum Mundial de Direitos Humanos: Com um gasto de R\$ 86 mil;
- Empoderando Refugiadas: Com um gasto de R\$ 85 mil;
- Ações Coletivas Contra a Corrupção: Com um gasto de R\$ 75 mil;
- Movimento Mente em Foco: Com um gasto de R\$ 72 mil;
- Oceanos: Com um gasto de R\$ 49 mil.

17. Despesas com pessoal – sem restrição

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	(5.752)	(5.117)
Benefícios	(2.094)	(1.622)
Encargos sociais	(1.938)	(1.198)
Total	(9.784)	(7.937)

As despesas com pessoal aumentaram em 2023 em função do crescimento do Instituto e, consequentemente, das novas contratações. No encerramento do exercício de 2022, havia 49 colaboradores, ao passo que em 31 de dezembro de 2023 havia 67 colaboradores.

18. Despesas com serviços de terceiros – sem restrição

	31/12/2023	31/12/2022
Consultoria	(599)	(152)
Assessoria	(232)	(192)
Jurídico	(210)	-
Evento - Produção e organização	(164)	(71)
Manutenção	(138)	(22)
Contabilidade e auditoria	(207)	(123)
Informática	(88)	(76)
Treinamento, curso e capacitação	(59)	-
Material gráfico e diagramação	(65)	(73)
Evento - Foto e filmagem	(40)	-
Administrativo	(22)	(288)
Serviços de tradução	(20)	(19)
Limpeza	-	-
Autônomos	(11)	(18)
Segurança e vigilância	-	(2)
Outros serviços de terceiros	(143)	-
Total	(1.998)	(1.036)

19. Despesas gerais e administrativas – sem restrição

	31/12/2023	31/12/2022
Viagens e estadias - (a)	(2.155)	(543)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.151)	(1.210)
Custeio de eventos (b)	(1.675)	-
Perdas de anuidades	(1.063)	(539)
Aluguel e condomínio	(461)	(451)
Licença de uso software	(239)	(151)
Água, energia elétrica, telefone e internet	(143)	(48)
Transporte	(73)	(42)
Locação de máquinas e equipamentos	(23)	(54)
Bens duráveis de pequeno valor	(7)	(7)
Despesas gerais	(391)	(117)
Total	(8.381)	(3.162)

(a) a linha de despesas com “Viagens e estadias” aumentou principalmente por dois fatores: maior número de funcionários e de profissionais do Instituto sendo requisitados para participações em palestras, reuniões presenciais e eventos.

(b) O montante de R\$ 1.675 registrado na rubrica “Custeio de eventos”, refere-se aos valores subsidiados com recursos institucionais para realização do evento SDG Ambition, em Nova Iorque, em setembro de 2023.



20. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicação financeira	938	531
Outras receitas financeiras	18	-
Total	956	531
Despesas financeiras		
Multas e juros	(26)	(19)
Tarifas bancárias	(22)	(17)
Outras despesas	(13)	(16)
Total	(61)	(52)
Resultado financeiro	895	479

21. Trabalho voluntário

As receitas com trabalho voluntário quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG-2002 (R1) – Entidade sem finalidade de Lucros, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração e de governança.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2023, o Instituto recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da administração e de governança, no exercício de suas funções administrativas, financeiras e sociais, o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$ 69 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2022) no qual foi apurado de acordo com a valorização pela taxa horária divulgada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), exceto, os Conselheiros do Conselho Jovem que contam com ajuda de custo de cem reais por reunião.

Trabalho voluntário exercício de 2023	Número de participantes	Número de horas no ano	Total apurado (milhares de reais)
Cargos			
Conselho de administração	9	216	44
Conselho fiscal	3	30	6
Conselho de governança	3	18	4
Conselho jovem	8	80	4
Conselho de integridade	5	30	6
Comitê de pessoas	3	12	2
Comitê de sustentabilidade	1	14	3
Total		400	69

Trabalho voluntário exercício de 2022	Número de participantes	Número de horas no ano	Total apurado - R\$
Cargos			
Conselho de administração	10	296	21
Conselho fiscal	3	135	9
Conselho de governança	4	39	2
Conselho jovem	8	37	2
Conselho de integridade	4	27	1
Comitê de pessoas	3	21	1
Total		555	36

22. Remuneração da administração

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Dessa forma, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título aos membros desses conselhos, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

O gestor executivo da administração é remunerado mensalmente de acordo com legislação trabalhista vigente.

23. Tributos objeto de isenção fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG2002(R1) em 02 de setembro de 2015, o Instituto, por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de isenção fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) – 25% sobre o superávit do exercício;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – 9% sobre superávit do exercício;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – 3% sobre as receitas próprias; e
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) – 4% sobre as doações recebidas.

24. Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. O Instituto não possui formalizado políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. O Instituto destaca que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os Instrumentos financeiros do Instituto, são classificados como custo amortizado.

Gerenciamento do risco financeiro

A política da administração é manter uma sólida base de recursos. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando que devem acompanhar os resultados das atividades econômicas em geral.

Atualmente todo o recurso financeiro disponível do Instituto está alocado em Certificados de Depósito Bancário do Banco Santander Brasil. Cabe ressaltar que, o Banco Santander Brasil é classificado pelo Conselho Monetário Nacional como S1, o que quer dizer que seu porte é igual ou maior a 10% do PIB do Brasil.

Baseado nesse apontamento e nas notas de rating de crédito emitidas pelas agências Standard & Poors e Moody's, a administração do Instituto entende que o risco de perda financeira desse investimento seja baixo.

O Instituto não contrata produtos financeiros derivativos e não possui empréstimos e, portanto, não existem riscos financeiros atrelados a essas modalidades.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Instituto adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, o Instituto procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. O Instituto identificou necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme detalhada na Nota Explicativa nº 5 – Contribuições e valores a receber.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral do Instituto é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras.

Risco de mercado

Dado que os investimentos do Instituto estão 100% alocados em CDBs de banco de primeira linha, remunerados a 100% do CDI, e que o Instituto não possui dívidas bancárias contratadas e produtos financeiros derivativos contratados, o risco de mercado concentra-se nos recebíveis das anuidades, as quais são quantificadas em dólares e pagas em reais.

A administração do Instituto, especificamente na figura do diretor financeiro, acompanha a variação cambial diariamente e monitora potenciais impactos para, se necessário, tomar as ações corretivas demandadas em caso de desvalorização expressiva do real, dado que o valor das anuidades definido pela *Foundation for the Global Compact* é estabelecido em valores referenciados a dólares.

25. Cobertura de seguros

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações.

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2023, o Instituto possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Tipo de cobertura	Apólice	Seguradora	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	1000000052706	Tokio Marine	03/02/2024 a 03/02/2025	R\$ 5.000.000
Incêndio e danos materiais do escritório	118 55 4023429	Porto Seguro	10/12/2023 a 10/12/2024	R\$ 4.000.000

O escopo dos trabalhos dos nossos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração do Instituto e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

26. Eventos subsequentes

Repasse – Partes relacionadas

Em 15 de março de 2024, foi realizado, pelo Instituto, o repasse à *Foundation for the Global Compact* referente às contribuições anuais no valor de R\$ 7.449, sendo R\$ 6.308 mil referente ao valor líquido repassado, R\$ 1.117 referente ao IRRF e R\$ 24 referente ao IOF.



Apuração denúncia de assédio moral

Em 17 de outubro de 2024, chegou ao conhecimento do Instituto um dossiê contendo uma série de denúncias relacionadas a supostos casos de assédio moral que teriam ocorrido dentro do Pacto Global. Para apurar e gerenciar esse caso, foi criado um Comitê Especial, formado por membros do Conselho de Administração e por demais órgãos de governança do Instituto, para abordar o tema com imparcialidade e celeridade e para assegurar que o processo de investigação fosse feito de maneira independente e ética.

Uma das primeiras ações foi a contratação do escritório Machado Meyer, especializado em compliance e investigações corporativas, para conduzir uma avaliação independente e garantir a imparcialidade do processo. Como as denúncias envolviam o então Diretor Executivo Carlo Pereira e o Diretor de Fundraising Otávio Toledo, estes foram colocados em férias logo após o recebimento das denúncias. Outro ponto que merece destaque é que as denúncias foram também enviadas ao Ministério Público do Trabalho, sendo que o escritório de advocacia Pinheiro Neto foi o contratado para assessorar o Instituto junto a essa instância.

Em 22 de novembro de 2024, os senhores Carlo Pereira e Otávio Toledo foram desligados do Instituto. As denúncias ainda se encontram em apuração pelo escritório Machado Meyer.

* * *

Guilherme Xavier
Diretor Executivo Interino

Rodrigo Favetta
Diretor Financeiro

Verônica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC 1SP267754/O-2